Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 1

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

(i) O motivo corresponde a um elemento obrigatório do ato administrativo ***(ii)*** que contém os pressupostos de fato e de direito que fundamentam sua prática pela administração pública. ***(iii)*** A motivação, por sua vez, equivale à justificativa do ato realizado, isto é, trata-se da externalização expressa e textual das razões que levaram o agente a praticar o ato administrativo. No caso narrado, ***(iv)*** o motivo seriam as operações policiais de busca e apreensão que implicavam a necessidade do serviço, ***(v)*** ao passo que a motivação, que seguiu a modalidade *per relationem* ou *aliunde*, ***(vi)*** consistiu na referência ao outro ato administrativo expedido pelo delegado de polícia, no qual foi reconhecida a necessidade do serviço.

(vii) Segundo a jurisprudência do STF — ARE 884289 AgR e RMS 24.699 — é viável o controle de legalidade (sindicabilidade) realizado pelo Poder Judiciário, com a consequente ***(viii)*** declaração de nulidade do ato administrativo, caso seja verificada a falsidade ou a inexistência de motivo na prática do ato, ***(ix)*** em atenção à teoria dos motivos determinantes.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Distinção entre motivo e motivação – itens *(i)* a *(vi)*
Conceito 0 – Respondeu incorretamente ou não mencionou nenhum dos itens exigidos.
Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos itens exigidos.
Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos itens exigidos.
Conceito 3 – Mencionou corretamente apenas três dos itens exigidos.
Conceito 4 – Mencionou corretamente apenas quatro dos itens exigidos.
Conceito 5 – Mencionou corretamente apenas cinco dos itens exigidos.
Conceito 6 – Mencionou corretamente os seis itens exigidos.

QUESITO 2.2 – Sindicabilidade do ato administrativo – itens *(vii)* a *(ix)*
Conceito 0 – Respondeu incorretamente ou não mencionou nenhum dos itens exigidos.
Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas um dos itens exigidos.
Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas dois dos itens exigidos.
Conceito 3 – Mencionou corretamente os três itens exigidos.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 2

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

(i) A proposição legislativa A é formalmente inconstitucional, ***(ii)*** visto que viola a competência privativa da União para legislar sobre porte de arma, à luz do art. 21, inciso VI e do art. 22, incisos I e XXI, da Constituição Federal de 1988 (CF). Segundo a jurisprudência do STF (ADI 7252), ***(iii)*** normas que versam sobre armamento são de interesse geral, porquanto impactam a segurança de toda a sociedade e não se limitam às fronteiras dos estados. Outrossim, ***(iv)*** compete privativamente à União — e não aos Estados — determinar os casos excepcionais em que o porte de arma de fogo não configura ilícito penal, ***(v)*** em linha com a prerrogativa privativa daquele ente central (União) em legislar sobre matéria penal, a teor do que dispõe o art. 22, inciso I, da CF (Precedentes ADI 2729 e ADC 2035).

(vi) A proposição legislativa B é materialmente inconstitucional, porquanto ***(vii)*** conflita com a autonomia e a independência do Poder Judiciário, visto que ***(viii)*** revela ingerência de órgão externo nos processos decisórios relativos à organização e ao funcionamento daquele Poder, conforme o entendimento do STF formalizado na ADI 5157.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Proposição A – Itens *(i)* a *(v)*
Conceito 0 – Não mencionou nenhum dos quesitos ou respondeu incorretamente.
Conceito 1 – Mencionou apenas um dos quesitos exigidos.
Conceito 2 – Mencionou apenas dois dos quesitos exigidos.
Conceito 3 – Mencionou apenas três dos quesitos exigidos.
Conceito 4 – Mencionou apenas quatro dos quesitos exigidos.
Conceito 5 – Mencionou os cinco quesitos exigidos.

QUESITO 2.2 – Proposição B – Itens *(vi)* a *(viii)*
Conceito 0 – Não mencionou nenhum dos quesitos ou respondeu incorretamente.
Conceito 1 – Mencionou apenas um dos quesitos exigidos.
Conceito 2 – Mencionou apenas dois dos quesitos exigidos.
Conceito 3 – Mencionou os três quesitos exigidos.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 3

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A embriaguez voluntária está prevista no art. 28, inciso II, do Código Penal e não exclui a imputabilidade penal do agente. A embriaguez voluntária ocorre quando o agente, por ação ou omissão de algum resultado punível, se coloca naquele estado de embriaguez, com ou sem intenção de causar um evento lesivo, devendo ter previsto a possibilidade do resultado. A embriaguez involuntária, por sua vez, pode ser proveniente de caso fortuito (quando o agente ingere substância cujo efeito desconhece, ocorrendo acidentalmente a ingestão de álcool ou substância de efeito análogo) ou força maior (quando o agente é forçado de maneira irresistível, ou seja, contra a sua vontade, a ingerir álcool ou outra substância de efeitos análogos).

A teoria da *actio libera in causa* significa teoria da "ação livre na causa" e se aplica aos casos em que o agente, embora ao tempo do delito houvesse alguma causa que excluísse ou atenuasse a sua culpabilidade, estava ciente de que a adoção de determinada conduta promoveria o risco de produzir determinado resultado, devendo o agente ser responsabilizado pelo resultado produzido.

A embriaguez preordenada ocorre quando o agente se coloca deliberadamente em estado de embriaguez com a finalidade específica ou com o propósito de praticar crimes. Caso o agente venha a cometer o delito, este lhe será imputado a título de dolo e sua pena será agravada em razão da existência de circunstância agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea "l", do Código Penal.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Definição de embriaguez voluntária e embriaguez involuntária
Conceito 0 – Não abordou o quesito ou descreveu de forma totalmente incorreta ambos os tipos de embriaguez.
Conceito 1 – Descreveu corretamente apenas a embriaguez voluntária ou apenas a embriaguez involuntária, apresentando definição insuficiente ou insatisfatória.
Conceito 2 – Descreveu corretamente apenas a embriaguez voluntária ou apenas a embriaguez involuntária, apresentando definição suficiente e satisfatória.
Conceito 3 – Descreveu corretamente tanto a embriaguez voluntária quanto a embriaguez involuntária, porém apresentou definição insuficiente ou insatisfatória.
Conceito 4 – Descreveu corretamente tanto a embriaguez voluntária quanto a embriaguez involuntária, apresentando definições suficientes e satisfatórias.

QUESITO 2.2 – Teoria da *actio libera in causa*
Conceito 0 – Não abordou o quesito ou explicou de forma totalmente incorreta a teoria da *actio libera in causa*.
Conceito 1 – Explicou a teoria da *actio libera in causa*, mas de forma parcialmente correta.
Conceito 2 – Explicou corretamente a teoria da *actio libera in causa*.

QUESITO 2.3 – Conceito de embriaguez preordenada e efeito causado na pena a ser aplicada ao agente
Conceito 0 – Não apresentou o conceito de embriaguez preordenada e tampouco mencionou seu efeito na pena ou o fez de forma totalmente incorreta.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) conceito de embriaguez preordenada; (ii) que a ocorrência de embriaguez preordenada caracteriza circunstância que agrava a pena do agente.
Conceito 2 – Abordou corretamente os dois aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 4

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No caso narrado, há unidade de ação e finalidade nas condutas praticadas pelo agressor contra a ex-companheira, já que a ameaça e a agressão ocorrem de forma imediata e contínua. Trata-se, portanto, de **conflito aparente de normas penais**, e não de concurso de crimes, visto que na situação há uma relação consuntiva (de meio e fim), ou seja, quando há crime-meio praticado no *iter criminis* de outro, que será o crime-fim.

A fim de solucionar o conflito aparente de normas na situação relatada, aplica-se o **princípio da consunção ou da absorção**, já que a ameaça foi meio preparatório e funcional à prática da violência física, sendo por ela absorvida. Nessa situação, a solução do conflito se dará necessariamente pela análise do caso concreto.

O delegado de polícia, ao analisar os elementos do caso concreto, deve optar por uma única imputação penal, considerando o fato mais gravoso, e registrar no relatório a **fundamentação técnica** de sua escolha, evitando excesso de persecução penal e respeitando os limites da legalidade penal.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Reconhecimento do conflito aparente de normas penais
Conceito 0 – Não identificou o conflito de normas penais no caso concreto ou o tratou incorretamente como concurso de crimes.
Conceito 1 – Mencionou corretamente a existência de conflito de normas, porém não indicou os elementos técnicos que o caracterizam.
Conceito 2 – Identificou corretamente a existência de conflito aparente entre duas normas penais, mas apresentou fundamentação insuficiente ou insatisfatória.
Conceito 3 – Identificou corretamente a existência de conflito aparente entre duas normas penais, apresentando fundamentação baseada na unidade fática e na pluralidade de tipos incriminadores.

QUESITO 2.2 – Aplicação dos princípios de solução do conflito
Conceito 0 – Não aplicou nenhum princípio de solução do conflito ao caso concreto ou o fez de forma totalmente incorreta.
Conceito 1 – Mencionou o princípio de forma genérica, sem articulá-lo ao caso concreto.
Conceito 2 – Mencionou corretamente a aplicação do princípio da consunção ao caso concreto, porém apresentou fundamentação insuficiente ou insatisfatória.
Conceito 3 – Mencionou corretamente a aplicação do princípio da consunção ao caso concreto, justificando fundamentadamente que a ameaça foi o meio de execução ou a etapa do *iter criminis* da agressão, conforme jurisprudência consolidada.

QUESITO 2.3 – Atuação funcional do delegado de polícia diante do conflito
Conceito 0 – Não fez menção ao papel do delegado de polícia diante do conflito ou propôs conduta juridicamente incorreta.
Conceito 1 – Abordou genericamente que o delegado de polícia deve decidir, sem apresentar fundamentos.
Conceito 2 – Abordou corretamente que o delegado de polícia deve reconhecer o conflito e optar pela imputação única, mas sem detalhar sua fundamentação.
Conceito 3 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) que o delegado de polícia deve reconhecer a existência de um só fato com relevância penal plena, optando por autuação única e; (ii) que ele deve indicar, em seu relatório, os fundamentos para afastar a imputação cumulativa, nos termos dos princípios penais aplicáveis.
Conceito 4 – Abordou corretamente os dois aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 5

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A conduta narrada pode, em tese, configurar violação de sigilo funcional. Contudo, a alegação do investigado revela possível **erro de proibição**, pois ele acreditava estar autorizado por orientação superior; bem como é possível configurar a hipótese de **erro provocado por terceiro**, se ficar caracterizado que o servidor público estadual foi induzido ao erro por seu superior hierárquico.

Caso fique demonstrado que houve erro de proibição, ou seja, erro sobre a ilicitude do fato, de acordo com o art. 21 do Código Penal (CP), **afasta-se a culpabilidade** do agente se o erro for escusável; mas, se inescusável, admite-se apenas a **redução da pena** do agente. Caso fique demonstrado que o erro foi **induzido por terceiro** (superior hierárquico), pode-se aplicar o art. 20, § 2.º, do CP, responsabilizando-se o terceiro que determina o erro como o autor do fato criminoso.

O delegado de polícia deve formalizar o procedimento investigatório criminal com base nos elementos objetivos do fato, mas deve incluir no relatório menção à versão defensiva do servidor público estadual e aos elementos que apontem a ocorrência de erro, para análise do Ministério Público.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Análise da situação hipotética

Conceito 0 – Não analisou a situação relatada ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Analisou corretamente a situação relatada, reconhecendo a possibilidade de a situação caracterizar hipótese de erro de proibição e(ou) hipótese de erro determinado por terceiro, mas apresentou fundamentação incompleta ou insuficiente.

Conceito 2 – Analisou corretamente a situação relatada, reconhecendo a possibilidade de a situação caracterizar hipótese de erro de proibição — inclusive classificando-o como erro de proibição indireto —, e(ou) hipótese de erro determinado por terceiro, apresentando fundamentação completa e suficiente.

QUESITO 2.2 – Consequências jurídicas decorrentes da comprovação do erro de proibição ou do erro determinado por terceiro

Conceito 0 – Não abordou as consequências jurídicas decorrentes da comprovação dos erros citados ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou as consequências jurídicas decorrentes da comprovação dos erros citados, mas mencionou apenas um dos seguintes aspectos: (i) se o erro de proibição for escusável, afasta-se a culpabilidade do agente; (ii) se o erro de proibição for inescusável, admite-se a redução da pena do agente; (iii) no caso do erro determinado por terceiro, o terceiro que determina/induz o erro pode ser responsabilizado como o autor do fato criminoso.

Conceito 2 – Abordou as consequências jurídicas decorrentes da comprovação dos erros citados, mas mencionou apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente as consequências jurídicas decorrentes da comprovação dos erros citados, mencionando os três aspectos citados.

QUESITO 2.3 – Atuação do delegado de polícia e qualificação jurídico-penal

Conceito 0 – Não abordou a atuação do delegado de polícia na situação relatada ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou a atuação do delegado de polícia, mas mencionou apenas um dos seguintes aspectos: que o delegado deve (i) formalizar o procedimento investigatório criminal com base nos elementos objetivos do fato; (ii) incluir no relatório menção à versão defensiva do servidor público estadual; (iii) incluir no relatório menção aos indícios da eventual excludente de culpabilidade ou da causa de diminuição, sem prejulgar o mérito; (iv) remeter os autos ao MP.

Conceito 2 – Abordou a atuação do delegado de polícia, mas mencionou apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou a atuação do delegado de polícia, mas mencionou apenas três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou corretamente a atuação do delegado de polícia, mencionando os quatro aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 6

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

(i) O princípio do contraditório tem fundamento constitucional, ***(ii)*** tem natureza de garantia ***(iii)*** que é concedida aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, com os meios e recursos a ela inerentes. ***(iv)*** Não se pode garantir ao investigado o conhecimento pleno, muito menos antecipado, das diligências policiais, porque muitas delas dependem do fator surpresa para serem eficazes, como buscas e apreensões, interceptações telefônicas e de comunicações etc.; portanto, o ***(v)*** direito de acesso limitado ao inquérito policial não prejudica a ampla defesa dos indivíduos, visto que o IP tem natureza preparatória para possível ação penal, e o ***(vi)*** exercício do contraditório do acusado ou investigado é diferido ou posterior, pois, caso o Ministério Público promova a ação penal, o acusado ou investigado terá a garantia de contraditar as postulações e decisões em sua plenitude.

Apesar da não aplicabilidade plena da garantia de contraditório ao inquérito policial, a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) entendem que ***(vii)*** o investigado ao tomar conhecimento da existência da investigação terá direito a acompanhá-la por meio de advogado constituído, conforme prevê a súmula vinculante 14 do STF, que ***(viii)*** garante "acesso amplo" aos elementos de prova que já estejam documentados no inquérito, o que materializa o ***(ix)*** direito à informação sobre os elementos da investigação, como um dos componentes do princípio do contraditório. ***(x)*** O advogado do investigado não tem direito de acesso irrestrito a todos os procedimentos da autoridade policial nem tem direito a impedir o prosseguimento regular da investigação, ***(xi)*** mas poderá conhecer apenas os elementos de prova já documentados em procedimento investigatório.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Fundamento, natureza jurídica e conceito do princípio do contraditório e direito de acesso do investigado aos autos do IP – itens de *(i)* a *(vi)*
Conceito 0 – Não abordou o conceito do princípio e a natureza do inquérito ou o fez de forma incorreta.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos itens de ***(i)*** a ***(vi)***.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos itens de ***(i)*** a ***(vi)***.
Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos itens de ***(i)*** a ***(vi)***.
Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos itens de ***(i)*** a ***(vi)***.
Conceito 5 – Abordou corretamente apenas cinco dos itens de ***(i)*** a ***(vi)***.
Conceito 6 – Abordou corretamente os seis itens de ***(i)*** a ***(vi)***.

QUESITO 2.2 – Aplicabilidade do princípio do contraditório ao inquérito policial, segundo o STF – itens de *(vii)* a *(xi)*
Conceito 0 – Não abordou a aplicabilidade do princípio ao inquérito policial, segundo o STF, ou o fez de forma incorreta.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos itens de ***(vii)*** a ***(xi)***.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos itens de ***(vii)*** a ***(xi)***.
Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos itens de ***(vii)*** a ***(xi)***.
Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos itens de ***(vii)*** a ***(xi)***.
Conceito 5 – Abordou corretamente os cinco itens de ***(vii)*** a ***(xi)***.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 7

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O *habeas corpus* é uma ação com fundamento constitucional, prevista como garantia individual fundamental dos cidadãos, destinada a proteger aquele que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação na sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. A liberdade de locomoção é o bem jurídico protegido por essa ação constitucional.

Devido à sua importância, a doutrina e a jurisprudência brasileiras passaram a admitir a impetração de *habeas corpus* de forma ampla no processo penal, não apenas para evitar prisão iminente, mas também para atacar diversos atos da persecução penal que possam resultar em prisão futura, como atos ligados à produção probatória, atos de impulso processual (como o recebimento de denúncia) e outros. No entanto, o *habeas corpus* não deve ser aceito contra atos desvinculados da possibilidade de restrição da liberdade de locomoção, como a apreensão ou o sequestro de bens, porque estes têm repercussão exclusivamente patrimonial.

De acordo com o Código de Processo Penal (arts. 656 e 657), recebida a petição de *habeas corpus*, o juízo competente para o seu julgamento pode determinar a apresentação da pessoa presa, como forma de assegurar a sua integridade física. Caso haja desobediência por parte de quem custodie o preso, o juízo poderá expedir mandado de prisão contra o detentor do preso e fazer que o preso seja retirado da prisão e apresentado em juízo.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Conceito, fundamento, objeto e alcance do habeas corpus no âmbito do processo penal

Conceito 0 – Não abordou o conceito, nem o fundamento, nem o objeto e nem o alcance do *habeas corpus* ou o fez de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) conceito de *habeas corpus*; (ii) que o *habeas corpus* possui fundamento constitucional; (iii) que o bem jurídico protegido por ele é a liberdade de locomoção; (iv) que há admissibilidade de impetração do *habeas corpus* de forma ampla no processo penal; (v) que há possibilidade de impetrar *habeas corpus* para atacar diversos atos da persecução penal; (vi) que não cabe *habeas corpus* contra atos sem possibilidade de restrição da liberdade de locomoção.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos aspectos citados.

Conceito 5 – Abordou corretamente cinco ou seis dos aspectos citados.

QUESITO 2.2 – Principais regras a serem observadas caso o paciente esteja preso quando do recebimento do seu *habeas corpus* pelo juiz

Conceito 0 – Não abordou a apresentação da pessoa presa em razão de *habeas corpus* ou o fez de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) possibilidade de o juiz ordenar a apresentação da pessoa presa, se julgar necessário; (ii) finalidade de assegurar a integridade física do preso; (iii) mandado de prisão em caso de desobediência daquele que tenha a custódia do preso; (iv) ordem para o preso ser retirado da prisão e apresentado em juízo.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 8

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A pirâmide financeira é a atividade criminosa que depende do ingresso de novos investidores para que a operação tenha continuidade. O *marketing* multinível, por sua vez, é focado na venda de produtos e serviços, sendo uma atividade comercial legítima.

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu (CC 146.153) que a captação de recursos por meio de pirâmides financeiras não se enquadra no conceito de atividade financeira, para fins de incidência da Lei n.º 7.492/1986 (que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), configurando crime contra a economia popular previsto no tipo penal do artigo 2.º, inciso IX, da Lei n.º 1.521/1951. Portanto, nesse caso, a conduta mencionada não caracteriza crime contra o sistema financeiro, por se tratar de uma relação de consumo fraudulenta, na qual há promessa de rendimentos superiores aos oferecidos pelas instituições financeiras legalizadas (STJ, CC 23.123).

Todavia, haverá crime contra o sistema financeiro quando a captação de recursos se der em espécie de contrato de investimento coletivo, havendo aí uma atividade estritamente vinculada, mesmo que de forma irregular, ao órgão regulador (HC 530.563 - STJ e CC 208.808).

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Conceitos de pirâmide financeira e *marketing* multinível

Conceito 0 – Não apresentou nenhum dos conceitos ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas o conceito de pirâmide financeira ou apenas o conceito de *marketing* multinível.
Conceito 2 – Apresentou corretamente ambos os conceitos.

QUESITO 2.2 –Tipificação legal da conduta de captação fraudulenta em pirâmide financeira

Conceito 0 – Não abordou a tipificação legal da conduta descrita no comando ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) que a captação de recursos por meio de pirâmides financeiras não se enquadra no conceito de atividade financeira, para fins de incidência da Lei n.º 7.492/1986; (ii) que a conduta configura crime contra a economia popular; (iii) que a situação relatada não caracteriza crime contra o sistema financeiro, por se tratar de uma relação de consumo fraudulenta, na qual há promessa de rendimentos superiores aos oferecidos pelas instituições financeiras legalizadas; (iv) que apenas haveria crime contra o sistema financeiro se a captação de recursos tivesse se dado em espécie de contrato de investimento coletivo, hipótese em que haveria atividade financeira estritamente vinculada ao órgão regulador, mesmo que de forma irregular.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.
Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos citados.
Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 9

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tema 1259, consolidou o entendimento de que a majorante do artigo 40, inciso IV, da Lei n.º 11.343/2006 é aplicada quando existe nexo finalístico entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, ou seja, quando a arma usada para garantir o sucesso desta atividade criminosa, hipótese em que o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo será absorvido pelo crime de tráfico de drogas. Portanto, quando a posse ou o porte de arma de fogo for apenas um meio instrumental para viabilizar, facilitar ou proteger o crime de tráfico de drogas, ocorrendo a absorção do crime de porte ou posse de arma de fogo pelo crime-fim (tráfico de drogas), então, sempre que houver um nexo finalístico entre a conduta relacionada ao tráfico e a posse ou o porte de arma de fogo, não se aplicará o concurso material. Nesse contexto, a arma de fogo não é considerada um delito autônomo, e sim uma ferramenta essencial para a prática do crime principal — tráfico de drogas.

No entanto, caso inexista nexo finalístico, ou seja, inexista relação direta entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, a posse ou o porte de arma de fogo é considerado(a) um crime autônomo, de modo que será imputada ao réu a prática de dois delitos — tráfico de drogas e posse/porte de arma de fogo — em concurso material, devendo-se somar as penas dos respectivos crimes na condenação.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 – Análise da aplicabilidade da majorante à situação descrita no comando

Conceito 0 – Não analisou a aplicabilidade da majorante na situação descrita no comando ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante é aplicável à situação descrita no comando, mas mencionou apenas um dos seguintes aspectos: (i) a majorante citada é aplicável quando existe nexo finalístico (relação direta) entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, ou seja, quando a arma é usada como meio instrumental para viabilizar, facilitar, garantir ou proteger o crime de tráfico de drogas; (ii) nesse caso, não se aplica o concurso material entre o tráfico de drogas e a posse ou o porte de arma de fogo; (iii) a posse ou o porte de arma de fogo não é considerado delito autônomo, havendo a absorção desses crimes pelo crime-fim (tráfico de drogas);

Conceito 2 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante é aplicável à situação descrita no comando, mas mencionou apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante é aplicável à situação descrita no comando, mencionando os três aspectos citados.

QUESITO 2.2 – Análise da inaplicabilidade da majorante à situação descrita no comando

Conceito 0 – Não analisou a inaplicabilidade da majorante citada na situação descrita no comando ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante não é aplicável à situação descrita no comando, mas mencionou apenas um dos seguintes aspectos: (i) a majorante citada não é aplicável quando inexiste nexo finalístico (relação direta) entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, hipótese em que (ii) a posse ou o porte de arma de fogo é considerado(a) crime autônomo, havendo (iii) concurso material de crimes — entre o crime de tráfico de drogas e o de posse/porte de arma de fogo.

Conceito 2 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante não é aplicável à situação descrita no comando, mas mencionou apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Analisou corretamente a hipótese em que a majorante não é aplicável à situação descrita no comando, mencionando os três aspectos citados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO

DELEGADO DE POLÍCIA

Prova Discursiva – Questão 10

Aplicação: 04/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A matriz criminológica que surgiu como campo interdisciplinar para o estudo dos danos ambientais foi a *green criminology*, criminologia verde ou criminologia ambiental, matriz teórica do pensamento criminológico crítico que se ocupa do estudo da criminalidade ambiental, analisando os danos socioambientais e os processos de vitimização ambiental, e do ramo da justiça ambiental, focando em um caso de conhecimento mundial — que ocorreu nos anos 80 do século XX — e outro genérico dos anos 90, momento em que havia grande preocupação com desastres ambientais de larga escala, de origem negligente e(ou) dolosa, especialmente a partir dos textos de Michael J. Lynch.

A criminologia ambiental ou criminologia verde estuda a responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais, bem como se ocupa dos estudos dos danos socioambientais, das leis ambientais e da regulação ambiental. Os danos ambientais são compreendidos como os danos sociais causados pela lesão ao meio ambiente. Já os crimes ambientais podem ser primários (ataques diretos ao meio ambiente, praticados por indivíduos ou organizações) ou secundários (crimes que decorrem do desrespeito às normas de proteção do meio ambiente). Para o estudo dos casos narrados, a criminologia ambiental ampliaria o estudo da lei e consideraria os danos sociais causados tanto pela explosão da usina nuclear, quanto pelo derramamento de poluentes no rio.

Os limites do direito penal tradicional recairiam na dificuldade de comprovação do elemento anímico da conduta humana (dolo), no estabelecimento do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado (dano ambiental/social) e na proporcionalidade da pena.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1
Conceito 0 – Não abordou corretamente a matriz criminológica que surgiu para o estudo dos crimes ambientais (*green criminology*, criminologia ambiental ou criminologia verde).
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) nome da matriz criminológica que surgiu para o estudo dos crimes ambientais (*green criminology*, criminologia ambiental ou criminologia verde); (ii) que a matriz criminológica em estudo compõe a vertente da criminologia crítica.
Conceito 2 – Abordou corretamente os dois aspectos citados.

QUESITO 2.2
Conceito 0 – Não abordou a perspectiva teórica utilizada para analisar as situações relatadas nos textos apresentados ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente a perspectiva teórica utilizada para analisar as situações relatadas nos textos apresentados, mas mencionou apenas um dos seguintes aspectos: (i) estudo da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais; (ii) estudo dos danos socioambientais, das leis ambientais e da regulação ambiental; (iii) para o estudo dos casos narrados, a criminologia ambiental ampliaria o estudo da lei e consideraria os danos sociais causados tanto pela explosão da usina nuclear quanto pelo derramamento de poluentes no rio.
Conceito 2 – Abordou corretamente a perspectiva teórica utilizada para analisar as situações relatadas nos textos apresentados, mas mencionou apenas dois dos aspectos citados.
Conceito 3 – Abordou corretamente a perspectiva teórica utilizada para analisar as situações relatadas nos textos apresentados, mencionando os três aspectos citados.

QUESITO 2.3
Conceito 0 – Não abordou as dificuldades enfrentadas no âmbito do direito penal tradicional para a efetivação desse pensamento criminológico ou o fez de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Mencionou corretamente apenas uma das dificuldades enfrentadas no âmbito do direito penal tradicional para a efetivação desse pensamento criminológico, a saber: (i) comprovação do elemento anímico da conduta humana (dolo); (ii) estabelecimento do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado (dano ambiental/social); (iii) estabelecimento da proporcionalidade da pena.
Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas duas das dificuldades listadas acima.
Conceito 3 –Mencionou corretamente as três dificuldades listadas acima.